

Peter Green

ALEXANDRE,
O GRANDE

e o período helenístico

Tradução
Rafael Mantovani



Copyright © Peter Green, 2007
Publicado mediante acordo com Weidenfeld & Nicolson.
Todos os direitos reservados. “Um livro da Weidenfeld & Nicolson.”

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA OBJETIVA LTDA.
Rua Cosme Velho, 103
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22241-090
Tel.: (21) 2199-7824 – Fax: (21) 2199-7825
www.objetiva.com.br

Título original
Alexander the Great and the Hellenistic Age

Capa
Rodrigo Rodrigues

Imagem de capa
De Agostini/Getty Images

Revisão
Sérgio Marques
Fatima Fadel

Editoração eletrônica
Abreu's System Ltda.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G83a

Green, Peter
Alexandre, o Grande: e o período helenístico / Peter Green; tradução
Rafael Mantovani. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

Tradução de: *Alexander the Great and the Hellenistic Age*
223p. ISBN 978-85-390-0608-3

1. Alexandre, o Grande, 356-323 a.C. 2. Grécia – Reis e governantes
– Biografia. 3. Grécia – História. I. Título.

14-13907

CDD: 923.1
CDU: 929:320

A importância perene de Alexandre está mais no campo do debate moral e filosófico do que na política prática (...). O debate acerca da legitimidade durou apenas uma geração. Depois disso, Alexandre foi um símbolo e nada mais. Durante as eras seguintes, ele tipificou o conquistador do mundo, e suas aquisições territoriais foram uma inspiração duradoura e um desafio para os soberanos que o sucederam.

A. B. BOSWORTH

É agora impossível considerar o período helenístico na Grécia como uma época uniforme, essencialmente estática.

SUSAN E. ALCOCK

Sumário

Prefácio e agradecimentos 9

Introdução: contexto e fontes 13

- 1 Alexandre e seu legado (336-323) 35
- 2 Gaviões e hienas: a luta pelo império (323-276) 53
- 3 Reis, cidades e cultura: o passado mítico como futuro 77
- 4 Horizontes orientais e a nuvem no oeste (276-196) 99
- 5 Problemas dinásticos, conquistas artísticas e científicas (196-116) 121
- 6 A espada sobre a pena: a solução final de Roma (116-30) 142

Tabela cronológica seletiva 165

Genealogias 180

Guia para leituras adicionais 187

Bibliografia 193

Abreviaturas 205

Notas 207

Índice 213

Prefácio e agradecimentos

Já faz dezessete anos que meu estudo *Alexander to Actium: The Historical Evolution of the Hellenistic Age* [De Alexandre ao Áccio: A evolução histórica do período helenístico] veio à luz (e bem mais de vinte desde que o texto original foi entregue à editora: tive um preparador especializado em minúcias). Desde então, o afluxo de trabalhos sobre o período helenístico, já volumoso, tornou-se torrencial. Estudioso algum é capaz de dominar todo o assunto, e eu, por sensatez, não tentei fazer isso. Como verão aqueles que compararem a obra anterior com esta, minhas visões essenciais não mudaram tanto; mas aprendi muito com o que li nas últimas duas décadas, e sou muito grato por esta oportunidade de rever, atualizar e, onde necessário, modificar meus argumentos originais.

Mais uma vez, estudo os três séculos do período helenístico numa narrativa diacrônica contínua que abrange a cena inteira, em vez de — como a maioria dos que escrevem sobre este assunto — partir de uma história política condensada (e geralmente abstrusa) e sem referências factuais, seguida de uma série de ensaios temáticos mais ou menos estáticos, primeiro sobre os grandes reinados (ptolomaico, selêucida, antigônida, atálide) e depois sobre uma variedade de tópicos que vão desde a monarquia à economia, da literatura alexandrina às artes visuais, do planejamento urbano à ciência militar, da filosofia à pirataria. O problema desta abordagem é sua disjuntividade caleidoscópica (que pode gerar graves confusões) e sua inevitável tendência a subsumir, sob rótulos vagos e generalizações, tendências díspares ou grupos muito separados tanto no espaço quanto no tempo.

Meu método alternativo possui, é claro, suas próprias dificuldades internas (como todo historiador da Antiguidade está bem ciente), a maior

delas sendo a dificuldade de manter o que pode ser descrito como uma narrativa polifônica com um excesso de vozes concorrentes e a necessidade inegável de fazer digressões sobre certos temas específicos conforme eles surgem no contexto. Mas ainda assim acredito que, em termos historiográficos, isto representa a concessão mais racional, com o mínimo de distorção genérica e a melhor chance de transmitir a um leitor interessado alguma noção do complexo e multifacetado fluxo social, político e religioso em constante evolução, revolucionário em alguns aspectos, estranhamente familiar em outros — fruto do legado oriental fragmentário de Alexandre — que chamamos, por falta de um rótulo melhor que o de Droysen (ver p. 14), de período helenístico.

O mal da historiografia no período greco-romano foi a predileção cada vez mais predominante por compêndios, epítomes e resumos, suplantando textos mais completos e mais sérios que, conseqüentemente, pelo princípio da lei de Gresham, perderam-se por falta de demanda. Não é minha intenção, neste tratamento conciso, incentivar um processo semelhante. *O período helenístico* não é um substituto para as investigações mais amplas que o período exige, mas sim uma introdução, oferecendo aos leitores apenas informações suficientes que lhes possibilitem seguir o assunto em maiores detalhes. Esta deve ser minha desculpa para um excursão um tanto demorado sobre as fontes (principalmente as traduções), ligado a uma bibliografia que indica o caminho para maiores leituras. Aqueles que querem só a narrativa podem simplesmente pular toda a Introdução.

Já que estou escrevendo para um público geral anglófono, minhas recomendações são (com umas poucas exceções especiais) não apenas de obras em inglês, mas também de obras ainda disponíveis no prelo e portanto facilmente acessíveis. Pelo mesmo motivo, em geral evitei artigos em periódicos especializados, que costumam ser encontrados só em bibliotecas acadêmicas. Por último, embora por princípio eu seja a favor de transcrever os nomes gregos do modo mais próximo possível de suas formas originais, neste livro mantive as versões latinizadas em todo o texto (por exemplo, Cassandro em vez de Kassandros), já que estes são — para o bem ou para o mal — muito mais amplamente reconhecidos.

A obra publicada de muitos estudiosos, do passado e do presente, e o contato e discussão pessoal com um bom número deles enriqueceram meu

conhecimento de Alexandre e do período helenístico mais do que posso expressar. Entre eles, tenho uma dívida especial para com Ernst Badian, Gene Borza, Brian Bosworth, Pierre Briant, Elizabeth Carney, J. K. Davies, Peter Derow, W. S. Ferguson, Guy Griffith — meu velho professor de Cambridge —, Erich Gruen, Christian Habicht, N. G. L. Hammond, Waldemar Heckel, Amélie Kuhrt, Geoffrey Lloyd, Jon Mikalson, Claire Préaux, Graham Shipley, Andrew Stewart, Frank Walbank e Édouard Will. Como sempre, meu trabalho foi amparado pelo rico acervo de história antiga, reforçado pelo profissionalíssimo Interlibrary Loan Service, da Universidade de Iowa. Na Random House, sou em especial grato ao apoio, eficiência prática e profissionalismo cooperativo de Will Murphy, Matt Kellogg e Dennis Ambrose. Por último, mas muito longe de ser menos importante, o que devo a minha esposa, Carin, tanto pessoal quanto profissionalmente, como ela sabe melhor do que eu.

Meu muito obrigado aos amigos e colegas, principalmente o professor Paul Cartledge. Por quaisquer erros que ainda restem, a responsabilidade é minha.

Introdução: contexto e fontes

CONTEXTO

O que queremos dizer com “período helenístico”? As respostas podem variar nos detalhes,¹ mas há um amplo consenso geral quanto a suas gênese e dimensões políticas, enquanto o termo em si e o conceito por trás dele são reconhecidos como produto de um historiador alemão do século XIX, Johann Gustav Droysen. O período começa com o impacto fragmentador da conquista do Império Aquemênida na Pérsia por Alexandre (334-323) e acompanha a história, primeiro, da luta pelo poder travada entre os comandantes de Alexandre após sua morte prematura; depois, das várias dinastias fundadas pelos vitoriosos (chamados Diádocos, ou Sucessores) nesta luta, mais notavelmente Ptolomeu no Egito e Seleuco na Ásia. Seu término costuma ser definido — uma definição que aceito neste volume — pela vitória de Otaviano sobre Marco Antônio e Cleópatra no Áccio em 31 a.C., que eliminou a última destas dinastias, a dos ptolomeus.²

Ainda em meados do século XIX, no prefácio de sua *History of Greece* [História da Grécia] (1846-1856), George Grote, um historiador (e banqueiro) liberal, foi capaz de escrever que “de um modo geral, o período entre 300 a.C. e a absorção da Grécia pelos romanos não possui interesse em si, e seu único valor é na medida em que nos ajuda a entender os séculos precedentes”.³ Embora uns tantos escritores antigos (entre eles Políbio e Plutarco) tenham visto que Alexandre, conscientemente ou não, transformara o mundo mediterrâneo, enquanto outros (por exemplo Diodoro Sículo) atribuíssem a Júlio César um papel semelhante, não há evidência clara de que ninguém na época, ou mesmo na Antiguidade tardia, visualizasse os três séculos entre eles como uma entidade coerente e definível.⁴ Por

ter percebido isso, Droysen merece os créditos. Em sua história dos Sucessores (Droysen, 1878) ele defendeu, como fator principal do período, a adoção da língua e cultura gregas pelos não gregos em territórios antes governados pelos aquemênidas. Para expressar este conceito, ele usou o termo *helenismo*, com base no termo grego ἑλληνισμός (*hellenismós*), em seu sentido bíblico de imitar ou adquirir a língua grega — especificamente, o dialeto ático comum adotado por Filipe II da Macedônia para o uso oficial — e a cultura grega. Para Droysen, isto demonstrou a ação da providência facilitando a disseminação do cristianismo. O adjetivo “helenístico” — que, significativamente, não existia em nenhum original grego — foi cunhado, em sua forma francesa *hellénistique*, por J. B. Bossuet em 1681, como um termo para o grego da Septuaginta, a versão “helenizada” do Velho Testamento.

Como já se percebeu há muito tempo, a definição de Droysen é insatisfatória em diversos aspectos. Concentrando-se nos estrangeiros, ela paradoxalmente ignora os gregos. Enquanto sua base teológica compreende uma consequência crucial, embora indireta, das conquistas orientais de Alexandre, isto continua sendo apenas mais um fator na historiografia do período. Além disso, avanços na arqueologia, epigrafia, papirologia, antropologia social e numismática (citando apenas as disciplinas mais importantes) abriram as imensas complexidades do período helenístico de um modo inconcebível para Droysen, Grote e seus contemporâneos. Longe de ser apenas um elo entre a Grécia clássica e o imperialismo nascente de Roma, como supôs Grote, estes três séculos revelam-se como uma época própria, de violência política e criatividade variada, e é assim que eles são estudados hoje.

Por que Grote desprezou tanto este período? Desde o restabelecimento, a partir do começo do século XIX, especialmente na Inglaterra, da primazia da cultura grega sobre a de Roma,⁵ foi a era de Péricles na Atenas do século V que recebeu louvores constantes e em geral exclusivos como representante, em praticamente todas as áreas — literatura, dramaturgia, historiografia, arquitetura, escultura, filosofia e, acima de tudo, o ideal democrático da cidade-estado —, um *summum bonum* sem precedentes de conquistas criativas originais, que nunca seria repetido. Com este marco bem definido, era inevitável que o que veio em seguida — principalmente dados os esmagadores reveses militares de Atenas nas mãos de Esparta

(404) e da Macedônia (338) — fosse acima de tudo considerado um período de declínio, a queda de um padrão incomparavelmente elevado.

Estudiosos modernos do período helenístico argumentam que o marco das conquistas da época de Péricles é irrelevante em termos de evolução cultural, uma comparação entre maçãs e laranjas, e isto é plausível em alguns aspectos. No entanto, continua sendo verdade, e objeto de menor ênfase, que a maioria dos escritores *da própria época* também lamentavam o fim de uma era incomparável; muitos não viam um escopo mais amplo para grandes realizações, e buscavam ajuda no passado e não em inovações audaciosas. Perto do fim do século V, Quérilo de Samos, um poeta épico que tratara das Guerras Persas, foi capaz de escrever:⁶

Bem-aventurado o homem daqueles tempos que tinha o dom de
fazer canções,
o servo das Musas, quando a campina ainda não fora percorrida;
Mas agora que está tudo repartido, quando as artes têm suas divisas,
somos os últimos que restam na estrada, e não há lugar algum onde
o poeta,
por mais que busque, possa conduzir sua carruagem recém-atrelada.

Mesmo admitindo o fato de que a principal queixa de Quérilo é dirigida a Homero, o sentimento geral de exaustão criativa é inconfundível. Uma era havia terminado, e sabia-se disso. Como veremos, uma das principais funções da grande Biblioteca de Alexandria era recuperar e editar tudo o que essa era tinha produzido. O passado, no período helenístico, tornou-se crucial como ponto de apoio para o futuro.

Um problema relacionado a este, que muito tem preocupado estudiosos em décadas recentes, é a sobrevivência da cidade-estado clássica, a pólis, sob a autoridade suprema de diversas dinastias reais. O consenso geral, neste ponto, tem sido decididamente melhorista: apesar de restrições inevitáveis sobre sua liberdade, as cidades, nos é dito, floresceram. Algumas desfrutaram de uma democracia maior do que antes. Ser subordinado a um rei — ou seja, gozar apenas da liberdade municipal de tomar decisões públicas — não era pior que ser governado por Atenas ou pela Pérsia.⁷ A atitude é, em grande medida, como a de Plutarco em relação ao governo

romano: “De liberdade, os municípios têm uma parcela tão grande quanto é concedida por aqueles no poder, e talvez mais não seria benéfico.”⁸ Porém Plutarco, em essência, era muito um homem da pólis. Para ele, a liberdade grega morreu com Demóstenes (*Dem.* 3), e muito de sua obra pode ser vista como uma obsessão nostálgica pelo passado perdido e glorioso de Atenas. Sua atitude cautelosa em relação a Roma pode muito bem ter sido induzida pelo seu conhecimento sobre o número de vezes em que — desesperadamente, sempre em face das avassaladoras forças contrárias e jamais com êxito — os atenienses tinham se rebelado contra o domínio estrangeiro. Esta busca ferrenha por *eleutheria* (liberdade) era tanto apaixonada quanto significativa. A diferença de perspectiva, e de confiança, num potente bastião naval como Rodes, que continuava livre dos ditames da burocracia real, é inconfundível.

A ênfase nas relações pessoais em detrimento das públicas, predominante no período helenístico, aplicava-se essencialmente a uma minoria ociosa, cuja existência dependia da labuta incessante dos outros. Quando examinamos a arte, a literatura, o planejamento urbano e a arquitetura, os avanços na ciência e outras áreas de estudo, os fenômenos religiosos, os padrões administrativos e as práticas políticas e militares que entre si oferecem um perfil evolucionário dos três séculos entre Alexandre e Augusto, são as ações e crenças desta minoria — culta, colonialista, endinheirada, exploradora de forma ativa ou indireta — que, no fim das contas, definem nosso quadro. Cortesãos e mercenários, mercadores, empreendedores e burocratas, artistas e artesãos, estudiosos, poetas, cientistas, historiadores e filósofos, seja vivendo de renda particular ou de patronato: é sobre o mundo deles, e não o da maioria quase invisível, que possuímos as evidências tais como são. Porém o mesmo se aplica à Atenas de Péricles. São os articulados que mudam a história, que registram estas mudanças para a posteridade.

Os estratos sociais de qualquer sociedade evoluem historicamente em velocidades diferentes e de maneiras diferentes. Para o período helenístico, assim como para muitos outros períodos, uma regra aproximada, porém segura, é “quanto mais baixo, mais lento”. Para os felás do Egito, ou o campesinato da Grécia e da Anatólia, muito pouco mudou ao longo destes três séculos, a não ser a identidade e, às vezes, a severidade de seus opressores (em geral estrangeiros), cuja meta inabalável era extrair deles tanta mão de

obra e tributos quanto fosse possível, sem provocar uma revolução em massa. Uma atividade bélica local praticamente incessante, junto com um banditismo descontrolado, assolava boa parte do interior, perturbando tanto a agricultura quanto o comércio. Isto, por sua vez, agravava a situação tanto dos pobres rurais quanto dos urbanos. Estes últimos, sempre correndo um maior risco de fome numa crise, podiam ao menos — como frequentemente provou a turba alexandrina — ter alguma influência real nos acontecimentos políticos. O mais perto que o campesinato chegava disso era juntando-se em armas a um aspirante a líder rebelde: pretendentes ao trono macedônico ou atálica, os sacerdotes e os *machimoi* (tropas nativas treinadas) no Egito. Acima desse nível, a burocracia, a classe mercante, a polícia e o exército, todos tinham bons motivos financeiros — e na verdade motivos ideológicos arraigados — para manter o status quo.

Assim, as verdadeiras mudanças, em última instância, tinham que vir de cima, e mais frequentemente de fora, quer o agente fosse Alexandre, um dos Sucessores ou, por fim, Roma. Esta é minha justificativa para apresentar o período helenístico na, agora fora de moda, forma de uma narrativa (embora entremeada de reflexões gerais). A atual ênfase na antropologia cultural e demografia populista em detrimento da narrativa histórica incentivou inevitavelmente uma noção curiosa de atemporalidade nos estudos do mundo helenístico, somada à tendência concomitante de tratar o período de maneira temática e não diacrônica.

Às vezes, principalmente ao resumir o impacto cumulativo de um grande acontecimento histórico como a conquista do Oriente por Alexandre, isto é inevitável (ver capítulo 3). Porém ver estes três séculos caleidoscópicos como um bloco cultural monolítico — mesmo num louvável esforço de recuperar “os analfabetos, os rurais, os pobres, os habitantes de regiões além do escopo de nossos relatos textuais”⁹ — acaba inevitavelmente por obscurecer tanto a mudança histórica como os poderosos indivíduos cujas ações provocaram estas mudanças. A moda hoje é desdenhar a importância destas reviravoltas dinásticas e destes personagens que aparecem com tanto destaque na minha versão, em favor das abstrações de tendências subjacentes e da economia teórica, ou da vida sem voz das pessoas comuns, como é revelada pela arqueologia da paisagem. Mas ainda é o poder que governa, os abusos do poder irrestrito são tão hediondos hoje

quanto eram na época de Alexandre ou de Ptolomeu VIII, e de tempo em tempo precisamos nos lembrar desse fato básico (embora impalatável).



Estes três séculos movimentados cobrem parte da história mais crucial e transformativa do mundo antigo, desenrolando-se num palco de dimensões sem precedentes. As mudanças são duradouras e fundamentais. A mais importante delas só pode ser a derrocada final — sempre com uma ou outra exceção, como Rodes — da chamada mentalidade de pólis, a cidade-estado como instituição política normativa em questões internacionais. As fraquezas paroquianas do sistema, gritantes durante a primeira metade do século IV (Buckler, 2003, *passim*), levaram diretamente, na Grécia continental, à supremacia diplomática, política e, por fim, militar de Filipe II da Macedônia. O vagaroso processo democrático foi de encontro à autocracia eficiente e fracassou. Os padeiros em excesso (necessariamente de baixa qualidade) não só faziam desandar a massa, como tendiam a discordar sobre a receita.

Em Atenas ou em Alexandria, Pela ou Pérgamo, feitas todas as concessões para variações locais e culturais, surge o mesmo perfil característico. As pretensões coletivas tradicionais da pólis, progressivamente afrouxadas a partir do século V, agora se restringem a atividades locais cívicas e municipais destituídas de poder genuíno. O individualista (*idiôtês*) desprezado por Péricles tornou-se a norma. Essa poderosa força de coesão, a milícia cidadina, agora foi em grande medida substituída por mercenários contratados, enquanto o aumento das rendas permite que muitas outras atividades, antes responsabilidade dos cidadãos, sejam desempenhadas por escravos. Em ambos os casos, deve ter sido difícil fugir à ideia de que se pode pagar para evitar qualquer tarefa desagradável — o eterno mantra dos novos-ricos. A propaganda política do pan-helenismo, um desprezo arraigado pelos *barbaroi* do Oriente, e o desmembramento do Império Persa por Alexandre e os Sucessores, juntos criaram uma atmosfera ideal para um colonialismo confiante exercido de cima para baixo, à base da exploração justificada, nos territórios “conquistados à lança”.

Porém, a transição para os reinos enormes e a autoridade real centralizada não foi uma inovação, mas, em essência, uma reversão a algo muito antigo e familiar no Egito faraônico e no Crescente Fértil, e bastante seme-

lhante àquele Império Aquemênida que Alexandre acabara de dismantelar tão impiedosamente. Na Biblioteca de Alexandria, assim como entre as novas dinastias dos Sucessores, a visão do futuro não conseguiu desfazer uma obsessão persistente pelo passado. Se uma coisa unia os diversificados membros desta enorme nova diáspora era uma busca por raízes, por justificativa e identidade na forma de mitos ancestrais. O fato de este ser essencialmente (como podemos ver) um processo de autoinvenção não detinha ninguém, e muito provável que jamais lhes ocorreu. Mas os grandes avanços que ele engendrou em todos os setores da cultura ainda estão conosco, e constituem um dos maiores motivos para estudar o período.

FONTES

Nossas fontes¹⁰ sobre a carreira e a vida de Alexandre, e sobre os três séculos helenísticos que se seguiram (em si duas categorias nitidamente distintas) são diversas, muitas vezes fragmentárias, difíceis de concatenar, e em parte inacessíveis aos não especialistas, geralmente por não terem tradução do grego ou do latim e estarem disponíveis, no melhor dos casos, apenas em coleções em línguas estrangeiras que quase só se encontram em bibliotecas de pesquisa de grandes universidades. Já que o objetivo desta seção é principalmente apontar para o leitor geral interessado textos traduzidos em inglês, omiti muito do que é normalmente consultado apenas por estudiosos fluentes em latim e grego, e acostumados a ler comentários em alemão, francês ou italiano. Isto se aplica acima de tudo a artigos em periódicos. Em pouquíssimas ocasiões, quando o sentido exato de uma citação é crucial (por exemplo, Plutarco discutindo as devidas limitações sobre a liberdade, p. 16, 209), dou o texto original em latim ou grego numa nota de fim.

O leitor também deve notar que o termo “fragmento”, embora seja útil como simplificação, pode ser enganador. Há uma abundância de fragmentos genuínos: podem estar escritos em pedaços de papiro, ou numa página solta de um manuscrito medieval, ou ser citados literalmente por algum autor ou comentador (escolista) antigo: Ateneu (*fl. c.* 200 d.C.) é uma fonte especialmente rica de material deste tipo. Mas muitas vezes o

que temos não são transcrições diretas, mas sim resumos e condensações de material de obras perdidas (por exemplo, as preparadas por Fócio, o patriarca de Constantinopla do século IX). Estes “fragmentos” nos dão, no melhor dos casos, uma ideia geral do que um autor perdido escreveu, e nunca é possível garantir que eles não omitiram material do texto original, ou não reinterpretaram ou distorceram de algum modo aquilo que transmitem. O *Epítome* de Pompeu Trogo, escrito por Justino (ver a seguir), é um destes resumos completos; porções substanciais de Políbio e Diodoro sobrevivem apenas como extratos resumidos.



As fontes sobre Alexandre são, em sua maioria, literárias. Os papiros encontrados até hoje são insubstanciais, fragmentários e controversos. Há comparativamente poucas inscrições que tratam diretamente do seu reinado, e estas foram bem editadas por Heisserer (1980). Uma seleção mais ampla do século IV (incluindo traduções) está disponível em Rhodes e Osborne (2003). A evidência numismática, por outro lado, é tão rica quanto abundante: Alexandre tendia a substituir o sistema monetário local por suas próprias moedas, de ouro e de prata — metais de que ele adquiriu um vasto estoque à medida de seu avanço, com a meta de (Bosworth, 1988a, 244) “produzir uma cunhagem que abarcasse o império inteiro e declarasse sua monarquia universal”. A propaganda autopromotora foi um traço marcante de sua carreira. Aqui, a principal obra, amplamente ilustrada, é Price (1991). Pesquisas anteriores que continuam úteis são Price (1974), Bellinger (1963) e Oikonomides (1981). Ainda de longe a melhor — e mais bem ilustrada — introdução geral às moedas gregas é Kraay (1966).

Com as fontes literárias, temos que lidar com um tipo de problema diferente. Embora diversos escritores da época, incluindo oficiais de alto escalão que haviam servido a ele, tratassem em detalhes da carreira de Alexandre, de suas obras sobreviveram apenas trechos aleatórios, citações e alusões — preservados, como moscas no âmbar, por historiadores posteriores. Entre eles estão o comandante da frota de Alexandre, Nearco de Creta, utilizado extensivamente tanto por Arriano (ver a seguir) quanto por Estrabão, o geógrafo do tempo de Augusto; o historiador oficial da campanha, Calístenes, sobrinho de Aristóteles por casamento, que escreveu os *Feitos de Alexandre* (uma narrativa corrente da expedição persa con-

forme esta avançava) em termos um tanto hiperbólicos, mas mesmo assim caiu em desfavor antes de 330 e posteriormente foi executado; Onesícrito de Astipaleia, de formação filosófica cínica e chefe timoneiro de Alexandre, fonte de fascinantes trechos sobre gurus indianos; e Carés de Mitilene, camareiro da corte, que fornece detalhes preciosos sobre, entre outras coisas, os célebres casamentos em massa na cidade de Susa. Pouco tempo depois surgem dois relatos semiautobiográficos da campanha, ambos consistentemente elogiosos a Alexandre, e ambos, devido à sua suposta precisão factual, fontes principais para Arriano: o primeiro escrito com fins autopromotores por Ptolomeu, comandante veterano e fundador da dinastia lágida no Egito; o segundo por Aristóbulo, um oficial de escalão relativamente baixo, que compôs suas memórias em sua velhice após a Batalha de Ipso (301). Todos estes, nem é preciso dizer, embora ostensivamente oferecessem relatos objetivos, tinham diversas campanhas particulares, interesses velados e contas a acertar.

Por último, mas de longe o mais influente — omito muitos títulos e autores menores que são pouco além de nomes para nós —, temos Cleitarco de Alexandria, provavelmente jovem demais para ter servido na Ásia, mas cujo relato vívido, romantizado, e não tão lisonjeiro assim do reinado de Alexandre estava em circulação por volta do ano 310. A obra de Cleitarco foi a principal fonte para uma abordagem crítica, muitas vezes ferozmente hostil, das conquistas de Alexandre, com base moral, especialmente popular junto aos intelectuais estoicos, e em oposição direta e deliberada à tradição ufanista que louvava as gloriosas realizações de Alexandre e sua suposta busca pela concórdia universal. Ambas as tradições, como veremos, refletem-se de maneiras variadas nos relatos que sobrevivem intactos, e ainda constituem a historiografia fundamental dos estudos sobre Alexandre hoje. Os fragmentos sobreviventes de todos estes textos perdidos, e de outros que não mencionei, foram traduzidos em Robinson (1953). Há seleções agora disponíveis, também traduzidas, em duas coleções recentes: Worthington (2003), e Heckel e Yardley (2004). Elementos da vida de Alexandre também estão incluídos em duas obras que tratam principalmente do período helenístico: Harding (1985), 98-122; e Austin (2006), 18-61.

Calístenes e Cleitarco forneceram o material mais antigo para uma miscelânea de lendas, contos de fada e narrativas fabulosas, o chamado